

Materialismo vs. espiritualismo

Uma cópia material humana perfeita tem consciência idêntica?

1. Experimento mental da duplicação humana

Consideremos o seguinte experimento mental, típico de ficção científica, que envolve a criação de uma cópia material exata de uma pessoa.¹⁴

A pessoa a ser copiada será chamada Calvin-1, e sua cópia, Calvin-2, é construída ao se recriar quase instantaneamente cada molécula de Calvin-1, de tal forma que o estado de cada réplica de molécula é o mesmo que o da molécula original em Calvin-1, e todas as relações espaciais (e de outros tipos) entre as moléculas de Calvin-2 são as mesmas que as relações entre as moléculas de Calvin-1.

Quando a reprodução acontece, Calvin-1 e Calvin-2 encontram-se em ambientes perfeitamente semelhantes, de forma que nos primeiros instantes seus estados materiais permanecerão perfeitamente semelhantes, pelo menos descendo até a escala molecular. Após alguns instantes, porém, os dois sistemas começariam a rumar em direções diferentes, ou por causa das flutuações inevitavelmente diferentes em cada ambiente, ou porque a natureza não é determinística (ou os dois).

Eis então o arranjo do experimento mental. A primeira pergunta a ser feita é se Calvin-2 teria consciência, ou se ele seria apenas um “zumbi”, agindo por automatismos mas sem um vivência subjetiva. Materialistas diriam que ele é consciente, já que a consciência seria fruto apenas da matéria, ao passo que espiritualistas ou “dualistas de substância” (como Descartes) afirmariam que algo mais seria necessário para Calvin-2 ter uma alma, mente ou consciência.



Figura II.1. A invenção de Calvin e Haroldo.

2. Materialismo e fisicismo

O *materialismo* é a visão segundo a qual o que chamamos de alma, espírito, mente ou consciência é um produto apenas de processos materiais, e que na morte do corpo a mente do indivíduo de fato desaparece. Em sua acepção mais ampla, o materialismo não está comprometido com a tese de que a “matéria” seja a substância fundamental do Universo, mas está comprometido com a tese de que as entidades fundamentais do Universo (sejam eles

¹⁴ Esta situação é apresentada por KIM, J. (1982), “Psychophysical supervenience”, *Philosophical Studies* 41: 51-70. Ela é praticamente a mesma que o “novo teletransportador de escaneamento” explorado por Derek Parfit em sua discussão sobre identidade pessoal: PARFIT, D. (1984), *Reasons and persons*. Oxford: Oxford University Press, pp. 199-201. Sobre cópias materiais humanas na ficção científica, podemos mencionar o filme *O 6º Dia* (*The 6th Day*), de 2000, estrelando Arnold Schwarzenegger. A máquina construída por Calvin aparece na capa de: WATERSTON, B. (2009), *Deu “tilt” no progresso: as aventuras de Calvin e Haroldo*, Conrad, São Paulo (orig. em inglês: 1991). Ver também discussão em KURZWEIL (2005, op. cit., nota 4, pp. 383-6).

partículas, campos, energia, cordas, o que quer que seja) são inanimadas, sem terem propósito ou outros atributos mentais.

O materialismo tem uma longa história, começando com o atomismo greco-romano e a escola *carvaka* da Índia Antiga. No séc. XVII, Thomas Hobbes foi um materialista mecanicista, e no Iluminismo francês destaca-se Julien de la Métrie, com um materialismo mais vitalista.¹⁵ Com a ascensão da ciência da fisiologia, o materialismo ressurgiu com força nos países de língua alemã em torno de 1850, sendo ofuscado posteriormente pelo kantismo e pelo positivismo, mas gerando o materialismo dialético. Dos dois grandes problemas do materialismo, um deles, o problema da perfeição da vida, encontrou solução adequada com a teoria da evolução biológica, mas o problema de explicar como a consciência surgiria a partir da matéria permanece sem solução. Na década de 1950, autores como Place, Feigl e Smart retomaram a perspectiva materialista na filosofia da mente, tomando como base a tese da identidade mente-cérebro.

O termo *fisicismo* (ou fisicalismo; em inglês *physicalism*) geralmente é tomado como sinônimo de materialismo. No contexto da filosofia da mente, o termo “fisicismo” pode ser definido (em seu sentido ontológico) como a tese de que tudo tem natureza física, inclusive a mente. O problema com esta definição é que ela se baseia na definição de “físico”, e não há um consenso sobre isso. Por ora, podemos caracterizar um processo físico a partir de três propriedades: (i) localização no espaço e no tempo; (ii) ocorrência em uma escala (micro, macro etc.); e (iii) ausência de causas finais, ou seja, não há, em nível elementar, finalidades ou intencionalidade.

3. Determinismo e mecanicismo

Diz-se que, num certo instante, um sistema física está em um certo *estado*. Este termo geralmente envolve um componente ontológico, exprimindo um conjunto de propriedades reais do sistema, mas pode também exprimir as limitações epistemológicas que o observador tem em relação ao sistema, que em geral nunca é conhecido de maneira completa.

Com o passar do tempo, o estado geralmente muda, e pode-se falar em “evolução” do sistema, no sentido de que ele simplesmente está mudando de estado. Uma questão fundamental com relação a qualquer sistema é se o estado, em um certo instante, fixa univocamente os estados futuros. Se a resposta for afirmativa, diz-se que o sistema é *determinista*.

O determinismo é um conceito que envolve a noção de *causalidade*. Se dizemos que “um evento A causa um evento B”, podemos entender isso como a afirmação de que “na ausência de A, não ocorreria B”. Se isso for verdade, teríamos que A é causa *necessária* de B. Por outro lado, poderia ocorrer que na ausência de A, B continuaria ocorrendo, porque outro fator A’ está presente, que é também causa de B. Neste caso, se A (e no caso A’) é suficiente para a ocorrência de B, dizemos que A é causa *suficiente* de B.

¹⁵ Sobre a história do materialismo, ver LANGE, F.A. ([1875] 1974), *The history of materialism*, 3 vols. em um, trad. E.C. Thomas (1879-81), Arno Press, New York (1ª ed. em alemão: 1866). Sobre a doutrina *carvaka* (pronúncia: tchárvaka), ver DASGUPTA, S. ([1922] 1975), “The lokayata, nastika and carvaka”, in *A history of Indian philosophy*, vol. III, Motilal Banarashidars, Delhi, pp. 512-50. A comparação entre o materialismo mecanicista de Hobbes e o materialismo vitalista francês (de Julien de la Métrie e Diderot) aparece em SKRBINA, D. (2005), *Panpsychism in the West*, MIT Press, Cambridge, pp. 101-5. Sobre o materialismo alemão de Vogt, Molleschott, Büchner e Czolbe, ver também GREGORY, F. (1977), *Scientific materialism in nineteenth century Germany*, Reidel, Dordrecht. Há muito material sobre o materialismo do pós-guerra, por exemplo: MOSER, P.K. & TROUT, P.K. (orgs.) (1995), *Contemporary materialism: a reader*, Routledge, London.

Se um sistema é determinista, diríamos que um estado no presente é causa suficiente para a ocorrência de um estado futuro. Se ele for também causa necessária, diz-se que o sistema é também “reversível”.

Uma tese importante que irá aparecer nas discussões sobre a relação do físico com o mental é de que o domínio físico estaria imbuído de um “fechamento causal”, no sentido de que todo evento físico teria um conjunto de causas suficientes que o determinam. Porém, não se deve impor que haja determinismo estrito no mundo físico, ou seja, que o estado passado do Universo determine univocamente o futuro. A questão de se a natureza é determinista ou “tiquista” (indeterminista) permanece uma questão em aberto: mesmo na física quântica, onde os resultados experimentais individuais são imprevisíveis (o que é previsível é a estatística de um grande número de resultados), há interpretações deterministas como a de David Bohm (1952).

Uma outra característica a ser considerada é se a descrição de um domínio físico é puramente quantitativa, dada em linguagem matemática e geométrica, ou se ela envolve “qualidades”. Reservaremos o termo *mecanicismo* para a descrição puramente quantitativa, envolvendo apenas “figura e movimento” (Leibniz, *Monadologia*, § 17). O mecanicismo clássico da era de Descartes e Hobbes considerava que somente colisões desviariam um corpo de seu estado de inércia. Newton introduziu forças que atuam à distância, e Leibniz e Bosovich introduziram a noção de “centro de força”, que substituiria a ideia de que a matéria preenche o espaço uniformemente. No século XIX, a chamada “desmecanização” da descrição física levou ao estabelecimento de novos princípios não concebidos pela mecânica newtoniana, como o princípio de relatividade e os princípios da física quântica. Porém, os físicos continuam falando em “mecânica quântica” e “mecânica relativística”. Proponho assim designar por “mecanicismo” a suposição de que a descrição teórica dos físicos, por meio de equações de movimento, esgota o que existe na realidade física.

Um exemplo de uma abordagem não mecanicista seria considerar que os qualia (seção I.6) que vivenciamos subjetivamente fazem parte de processos físicos, constituindo aspectos reais e qualitativos do mundo. A extensão deste “qualitativo” para toda realidade resultaria em uma visão de mundo fisicista não-mecanicista.

4. Duas acepções de “identidade”

Em filosofia há uma distinção fundamental entre duas acepções do termo “identidade”. *Identidade numérica* designa a situação em que se trata do mesmo indivíduo. Por exemplo, a estrela d’alva e a estrela Vésper são idênticas, no sentido numérico, pois ambas correspondem ao mesmo indivíduo, o planeta Vênus, visto de manhã ou ao entardecer. Por outro lado, dois irmãos gêmeos univitelinos são (quase) idênticos no sentido “qualitativo”, ou seja, eles possuem as mesmas propriedades, apesar de serem indivíduos diferentes. Esta é a *identidade qualitativa* ou de propriedades.

O debate filosófico clássico entre realistas de universais e nominalistas envolve uma discussão sobre o tipo de identidade que se aplica a propriedades. Por exemplo, suponha que dois gêmeos univitelinos tenham narizes “idênticos”. Claramente, isso deve ser entendido como identidade no sentido qualitativo. Mas surge aqui uma pergunta: pode-se dizer que a *forma* instanciada em ambos os narizes possui identidade numérica? É a mesma forma (no sentido numérico), ou seja, uma e a mesma forma? Um realista de universais, como Platão, diria que sim, ao passo que um nominalista (com relação à geometria) como Guilherme de Ockham diria que não.

5. Espiritualismo e parapsicologia

A maioria das religiões ensina que na morte a nossa alma individual sobrevive em um reino sobrenatural, podendo ou não transmigrar para outros seres vivos no futuro. Esta concepção pode ser chamada de espiritualismo, e inclui posições “mortalistas”, em que se concebe que a alma entra em um estado de sono inconsciente (Lutero) ou de morte (John Milton), até a ressurreição da alma.

Na seção IV.1 apresentaremos a visão dualista de Platão. É interessante perceber que a tese da existência de almas incorpóreas fazia uso de evidências empíricas, como o exemplo do fogo fátuo. Hoje em dia, há um debate entre materialistas e espiritualistas que gira em torno da veracidade das teses da parapsicologia. Um exemplo é a *experiência de quase morte*, em que pessoas que estiveram à beira da morte, mas que sobreviveram, relatam um conjunto de vivências semelhantes, como uma sensação pacífica de ter morrido, uma revisão de toda a história de vida, a visão de um túnel com uma luz ao seu final, e a vivência de sair do corpo. Seria a experiência de quase morte explicada por processos neurológicos, ou seria um indício da existência de um mundo sobrenatural? Materialistas e espiritualistas dividem-se quanto à resposta.

Há muitos experimentos em que parapsicólogos relatam evidência favorável aos chamados “fenômenos psi”, como telepatia (transmissão de pensamento) e premonição (prever o futuro), mas que cientistas mais ortodoxos, partidários do chamado “ceticismo científico”, consideram fraude ou fruto de autoengano, ocorridos especialmente na fase de coleta de dados. As discussões geralmente terminam com a citação de experimentos favoráveis às teses parapsicológicas, que os céticos não aceitam, e que os cientistas ortodoxos não têm paciência de tentar reproduzir e falsear.

6. Superveniência do mental sobre o corpo

Voltemos agora ao experimento mental que abre o presente capítulo. Supusemos que fosse feita uma cópia material humana perfeita de uma pessoa, digamos Calvin-1, e nos perguntamos se sua cópia, Calvin-2, teria consciência. Vamos agora adotar a resposta materialista, e examinar suas consequências; ou seja, vamos supor que Calvin-2 é criado com consciência. Os espiritualistas que queiram acompanhar o raciocínio podem considerar uma modificação do experimento mental, e supor que uma alma ou um espírito foi criado juntamente com Calvin-2.

Supondo que os estados materiais das duas pessoas são perfeitamente semelhantes até a escala molecular, a segunda pergunta a ser feita concerne à natureza dos estados mentais de Calvin-1 e Calvin-2 no instante da reprodução. Neste instante da criação, os dois estariam em estados idênticos de consciência? Teriam pensamentos perfeitamente semelhantes, os mesmos sonhos, emoções, veriam exatamente as mesmas cores ou estariam prestando atenção aos mesmos cheiros?

A posição de que as consciências seriam perfeitamente semelhantes é compartilhada pela grande maioria dos materialistas, e exprime a tese da *superveniência* dos estados mentais sobre os estados corporais. A discordância entre os materialistas surge com relação a se o mental se “reduz” ao corporal, ou se ele “emerge” como algo parcialmente independente (exploraremos esta distinção no Cap. III).

A tese da superveniência do mental sobre o corporal diz que o estado físico do corpo fixa univocamente o estado mental. Em outras palavras, qualquer alteração no nível superior, envolvendo estados mentais, requer uma alteração no nível inferior, uma alteração do estado físico ou material. Ou, alternativamente, se um estado de nível inferior não se altera, então o

nível superior também permanecerá o mesmo. Esta última condição é exatamente o que é explorado no experimento mental da duplicação humana. A tese de que Calvin-1 e Calvin-2 têm propriedades mentais ou experiências subjetivas perfeitamente semelhantes é uma consequência da tese da superveniência do mental sobre os estados materiais do corpo humano.

A Fig. II.2 ilustra o mapeamento sobrejetor (muitos-para-um) dos estados físicos cerebrais para os estados mentais, exigido pela tese da superveniência. Se os estados físicos do cérebro forem considerados com uma resolução molecular, está claro que pequenas variações nos estados físicos (por exemplo, na escala das moléculas) não levarão a uma alteração consciente subjetivamente perceptível. No entanto, se a resolução considerada agrupar todos os estados físicos subvenientes a um estado mental (em “grão fino”, por exemplo, p_1 até p_5) em um único estado físico (em “grão mais grosso”), a relação entre estados físicos e mentais se aproxima de uma relação bijetora (um-para-um). Em qual escala isso ocorreria? Esta é uma importante questão empírica que permanece em aberto. Mas nesta escala se pode falar em “paralelismo psicofísico” ou “paralelismo psicofisiológico”, como era costume no final do séc. XIX para se referir à relação de superveniência.

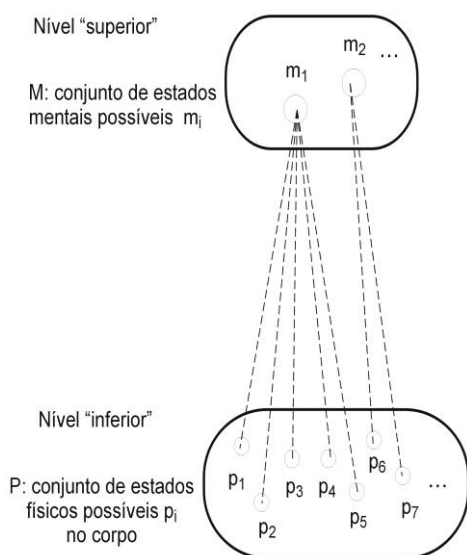


Figura II.2. Esquema ilustrativo da relação de superveniência de estados mentais m_i sobre estados físicos p_j .

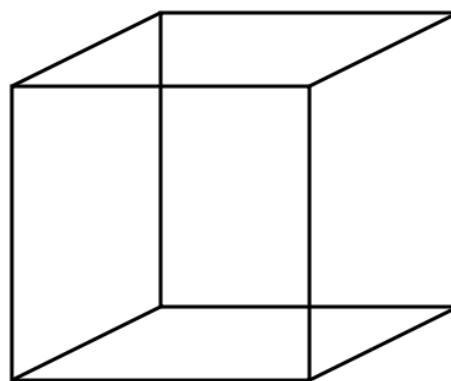


Figura II.3. Cubo de Necker. A partir de uma figura bidimensional (um dodecágono não-simples resultante da projeção paralela oblíqua de um cubo), conseguimos “projetar mentalmente” duas representações distintas, conforme o lado do cubo que aparece para fora do papel.

Para explorarmos a tese da superveniência, considere o cubo de Necker da Fig. II.3. Trata-se de um desenho bidimensional, mas nossa mente é capaz de representar para si mesma, ou “projetar”, uma figura semelhante à que surge quando vemos um cubo tridimensional. No entanto, isso pode ser feito de duas maneiras, conforme qual é o quadrado que “salta para fora do papel”. A transição entre os dois casos pode ser ocasionada de maneira consciente, mas também pode ocorrer espontaneamente, sem uma decisão consciente nossa. O ponto deste exemplo é que a mudança de uma situação perceptiva para outra implica uma mudança de estados mentais. Que consequência se pode tirar desta constatação, usando a tese da superveniência?

A consequência é que necessariamente houve uma alteração no estado *físico* do cérebro, na passagem de um estado perceptivo para outro. Quando percebemos o quadrado da esquerda para frente, e alteramos conscientemente a percepção para que o quadrado direito esteja para frente, necessariamente alteramos o estado físico do cérebro (segundo a tese da superveniência).¹⁶ Nesse sentido, a mente tem poder causal sobre a matéria!

7. O espectro supervenientista

A tese da superveniência pode ser interpretada de diferentes maneiras, conforme a escolha da “base mínima de superveniência” considerada. Uma visão cerebralista diz que a mente supervém ao cérebro ou ao encéfalo. Isso significa que o que se passa na consciência não é produzido de forma imediata pelo que acontece no mundo externo, mas sim pelo que acontece imediatamente em nosso cérebro. Só conseguimos perceber uma jangada no mar quando os raios de luz que refletem no barco atingem nossa retina, gerando uma cadeia de impulsos neurofisiológicos que só se torna consciente quando atinge o cérebro, ou uma região específica dele, como defendem os localizacionistas (com relação à consciência). É nesse sentido que um cerebralista aceita que um evento cultural pode moldar nossa consciência e ter um efeito causal sobre nós; isso porém só ocorre depois que a informação sensorial atinge o cérebro.

Muitos, porém, defendem que esta abordagem fisicista que acompanha a transmissão de informação a cada milissegundo é excessivamente analítica, e que não é possível dividir o ser humano em pequenas parcelas espaciais e temporais. Assim, essas pessoas defendem que a consciência supervém minimamente em regiões mais amplas do que o cérebro. As abordagens incluídas na “cognição 4E” (*embodied, embedded, extended, enactive cognition*) defendem que a base da superveniência deve incluir todo o corpo, ou mesmo o ambiente à nossa volta que utilizamos para nos auxiliar em nossos raciocínios. Nas ciências sociais é muito comum também a ideia de que o indivíduo não existe sem sociedade ou cultura, de maneira que a base da superveniência da consciência individual seria toda a cultura ou sociedade.

A Tabela II.1 resume diferentes posições do que podemos chamar de “espectro supervenientista”. Ela inclui duas negações da tese de que a mente supervém a algum sistema físico. Um espiritualista como Henri Bergson nega que um mesmo estado físico gere um único estado mental porque concebe o espírito como tendo uma dimensão não material muito mais ampla (última linha da tabela). Por outro lado, um materialista poderia negar que Calvin-1 e Calvin-2 estejam (no instante da criação) no mesmo estado mental porque simplesmente nega que a relação de determinação do físico para o mental (ou da escala micro para a escala macro) seja estrita (primeira linha da tabela).¹⁷

¹⁶ Comparar com a discussão em WEYL, H. ([1927] 1949), *Philosophy of mathematics and natural science*, trad. O. Helmer, Princeton U. Press, p. 26: “Seria insensato esperar que a cognição revelasse à intuição alguma essência secreta das coisas escondidas por trás do que é manifestamente dado pela intuição. A ideia de isomorfismo demarca a auto-evidente insuperável fronteira da cognição. Essa reflexão tem destacado valor também para as especulações metafísicas sobre o mundo das coisas-em-si, por trás dos fenômenos. Pois está claro que sob tal hipótese o mundo absoluto precisa ser isomórfico ao fenomênico (onde, no entanto, a correlação só precisa ser única no sentido coisa-em-si → fenômeno); pois ‘estamos justificados, quando diferentes percepções se oferecem para nós, a inferir que as condições reais subjacentes são diferentes’ (HELMHOLTZ, *Wissenschaftliche Abhandlungen*, II, p. 656). Assim, mesmo que não *conheçamos* [kennen] as coisas-em-si, mesmo assim temos tanta *cognição* [Erkenntnis] a seu respeito quanto temos dos fenômenos.”

¹⁷ No caso da causalidade, algo semelhante ocorre para mundos em que o determinismo estrito não vale. Mesmo sendo contraintuitivo imaginar que um evento possa surgir espontaneamente, sem ser determinado univocamente por um conjunto de causas, esta uma situação considerada possível pela Física contemporânea. Analogamente,

A CONSCIÊNCIA SUPERVÉM MINIMAMENTE A QUÊ?	CONCEPÇÃO
A nada	Anti-supervenientismo
A uma região específica do encéfalo	Localizacionismo da consciência
Ao cérebro ou ao encéfalo	Cerebralismo
Ao corpo do animal	Cognição incorporada (<i>embodied</i>)
Ao corpo e ao ambiente que manipulamos	Cognição estendida
À toda sociedade e cultura que nos cerca	Culturalismo
A todo Universo material	Holismo universal
A uma entidade extramaterial (mesmo que parcialmente)	Espiritualismo

Tabela II.1: O espectro supervenientista. Diferentes posições materialistas quanto à questão sobre o que produz imediatamente a consciência (só a última linha nega o materialismo).

8. Internismo vs. externismo

O filósofo coreano-estadunidense Jaegwon Kim (1982)¹⁸ explorou diversos exemplos de *propriedades relacionais* que diferenciam Calvin-1 de Calvin-2, no instante da criação. Para começar, eles estão em posições diferentes do espaço: porém, isso não parece ser pertinente para caracterizar seus estados mentais.

Em segundo lugar, Calvin-1 esteve de fato numa festa antes do experimento, mas Calvin-2 não esteve, pois foi criado durante a replicação. No entanto, o estado psicológico interno de ambos os Calvins são perfeitamente semelhantes, dado que ambos lembram o evento com igual riqueza de detalhes. (Uma análise alternativa poderia argumentar que, dado que Calvin-2 foi gerado por um processo causal a partir de Calvin-1, então ele conserva a identidade de Calvin-1 antes da replicação, de maneira que se poderia dizer que de fato ele também esteve na festa no dia anterior.)

Kim (1982, pp. 57-8) faz uma lista de propriedades psicológicas que não superviriam sobre propriedades físicas. Mencionemos algumas delas, adaptadas para Calvin.

(1) Calvin-2 acha que lembra da festa, mas de fato não lembra. Ou melhor, Calvin-1 “sabe” que foi na festa, e “crê verdadeiramente” nisso. Calvin-2 crê falsamente.

(2) Calvin-1 está agora feliz *por ter sido* convidado para a festa. Calvin-2 está agora feliz, mas não “por ter sido convidado”, pois não foi convidado (quem foi foi Calvin-1).

(3) No instante da cópia, Calvin-1 via uma fotografia de Haroldo em sua câmara. A câmara de Calvin-2 foi construída de maneira perfeitamente semelhante, mas a fotografia presente em sua câmara é numericamente distinta. Assim, ambos *não estão vendo* o mesmo objeto, apesar de seus estados mentais perceptivos serem perfeitamente semelhantes, e estarem “no mesmo estado neural apropriado” (p. 58).

(4) Se no instante da criação Calvin-1 estivesse assinando um cheque para pagar os fornecedores de sua festa, Calvin-2 estaria assinando um cheque, mas não para pagar a *sua*

mesmo sendo contraintuitivo que o micro não fixe univocamente o macro, talvez isso possa de fato acontecer, segundo o anti-supervenientista.

¹⁸ KIM (1982), op. cit. (nota 14).

festa. A rigor, ele nem estaria “assinando um cheque”, pois não é ainda membro da sociedade, não tem conta bancária, etc.

Tais exemplos podem ser usados como crítica da posição “cerebralista” de que a mente supervém sobre o encéfalo, e em defesa de uma posição “culturalista”, de que só há superveniência da mente sobre toda a sociedade, no presente e no passado. Tais posições são exemplos de uma divisão importante em filosofia da mente, entre abordagens *internistas* (internalistas) e *externistas* (externalistas).

Para um *internista de propriedades mentais* (o cerebralista ou versões da cognição incorporada), o valor de verdade de uma proposição (seguindo o caso 1 listado acima) não faz parte dos atributos relevantes de um estado mental. O valor de verdade seria uma *relação* entre uma crença e um estado de coisas do mundo externo, e não um atributo intrínseco de uma crença ou de uma proposição representada na mente.

Já para um *externista* (o “culturalista” ou “holista”, da Tabela II.1), uma modificação no mundo externo pode levar imediatamente a uma mudança no estado mental (sem que haja propagação de informação física entre eles), ou seja, o estado mental depende imediatamente de partes do ambiente natural e social que cerca a pessoa.

Tal distinção ilumina uma anedota referente a um caso ocorrido na Universidade Federal do ABC, em que o filósofo João Teixeira forneceu um argumento contra o materialismo reducionista, segundo o qual uma proposição em nossa mente é verdadeira ou falsa, mas um neurônio ou parte do tecido encefálico não são nem verdadeiros, nem falsos. Isso gerou uma reação destemperada em um neurocientista estrangeiro! No fundo, a diferença entre ambos os pensadores é a distinção entre uma visão externista e uma visão internista da mente.

9. Individualismos fechado, aberto e vazio

Voltando ao experimento mental da duplicação humana material perfeita, vamos agora supor que Calvin é um adulto e que, para realizar o experimento, os organizadores tivessem oferecido a Calvin-1 uma grande quantia de dinheiro, digamos 3 milhões de reais, para que uma semana depois do processo de reprodução perfeita ele tivesse que ser morto, de maneira indolor, enquanto a sua cópia permaneceria viva, ocupando seu lugar no mundo. Calvin-1 deveria aceitar a oferta?

Se Calvin-1 fosse uma materialista reducionista “de corpo e alma”, ela não teria porque recusar a proposta. Do seu ponto de vista, no instante da duplicação, sua consciência é perfeitamente semelhante à de Calvin-2. É verdade que Calvin-1 e Calvin-2 são “indivíduos” distintos, no sentido de que os processos causais infligidos em um deles não afeta o outro; ou seja, os dois indivíduos são “qualitativamente idênticos”, mas não “numericamente idênticos” (seção II.4). Mas a vivência subjetiva de Calvin-2 é a mesma que a de Calvin-1, é como se Calvin-1 estivesse ao mesmo tempo dentro de Calvin-2, só que ambos estão desconectados.

Assim, para Calvin-1 não deveria haver diferença se é ele quem continua vivendo ou se é Calvin-2. Uma conclusão que se pode tirar disso é que não devemos temer a morte, se houver uma cópia perfeita de nós zanzando por aí. Agora que Calvin-1 se convenceu, racionalmente, que não deve temer a morte, que diferença faz para ele se a cópia existente é exatamente igual a ele, ou se a cópia é só parcialmente semelhante a ele? Por que temer a morte, se há outras pessoas perambulando por aí, compartilhando muitos de nossos atributos?

Este raciocínio pode levar à tese de que, no fundo, todos os seres conscientes são o mesmo indivíduo. Todos seriam um! O que distingue as diferentes consciências seria o fato de estarem individuadas em diferentes corpos, carregando diferentes memórias e diferentes propensões de caráter. Mas por baixo dessas propriedades acidentais haveria uma semelhança

essencial. Esta tese é conhecida como “individualismo aberto”,¹⁹ e ela é próxima ao monopsiquismo associado a Averroes (seção IV.4). O individualismo aberto explica muito bem o paradoxo de que poderíamos não estar aqui. Se os seus pais tivessem decidido tomar uma última cerveja antes de irem para cama, certamente um outro esperma teria feito a fecundação, e um indivíduo com um código genético distinto teria nascido no seu lugar. Aplicando esse raciocínio ao longo de toda sua história evolutiva, a probabilidade de você ter nascido seria realmente ínfima! Como é possível que *você* esteja aqui agora? Para o individualismo aberto, isso não é um problema, pois a mesma pessoa teria nascido em qualquer circunstância (mesmo com códigos genéticos distintos).

Este “paradoxo da derradeira cerveja” é um problema para o “individualismo fechado”, que considera que as identidades pessoais são particulares a sujeitos e sobrevivem no tempo, pelo menos até a morte. Já para o “individualismo vazio” o problema não se coloca: para esta concepção, associada ao budismo e a certos trechos de Hume, a identidade pessoal é apenas um padrão momentâneo que desaparece com a passagem do tempo.

Afinal, qual é a causa de nosso medo da morte? Seria o fato de a morte ser terrível? A causa parece estar relacionada com a seleção natural. Considere um ancestral remoto do ser humano, por exemplo o procônsul que viveu na África há 20 milhões de anos. Suponha que um certo indivíduo procônsul nascesse com uma mutação genética, e não tivesse medo da morte. Ele teria tido uma probabilidade muito maior de ser devorado por um predador, de forma que seus alelos destemidos não seriam herdados por outros procônsules. O pavor da morte é altamente adaptativo! É por isso que a nossa própria morte parece tão terrível para nós. Mas isso não constitui motivo racional para temer a morte.

¹⁹KOLAK, D. (2004), *I am you: the metaphysical foundations for global ethics*, Synthese Library, v. 325, Springer, Dordrecht (Holanda).